

## **O Brasil e o Conflito das Falklands/Malvinas**

Tomaz Espósito Neto<sup>i</sup> - PPG-PUCSP

### **Introdução**

No início da década de 80, o embate militar pela posse de um arquipélago, localizado nos confins do oceano Atlântico, colocou em lados opostos dois antigos parceiros: Inglaterra e Argentina.

No dia 2 de abril de 1982, as tropas argentinas invadiram, de surpresa, as ilhas Falklands/Malvinas, desafiando a soberania britânica sobre o território, e ferindo, conseqüentemente, os princípios do Direito Internacional Moderno, expressos na Carta de São Francisco de 1947,<sup>ii</sup> que rege as normas da boa convivência da Sociedade Internacional<sup>iii</sup> e da qual ambos os países, Argentina e Inglaterra, são signatários.

A Inglaterra sagrou-se vencedora desta guerra<sup>iv</sup> pelas ilhas Falklands/Malvinas, após 74 dias de combates sangrentos, os quais resultaram em inúmeras vítimas e inestimáveis prejuízos de ordem financeira, material e psicológica aos envolvidos no embate militar.

Salientamos que a Guerra das Falklands/Malvinas não envolvia a lógica da Guerra Fria, pois ambos os países reiteradamente afirmavam-se integrantes do Bloco Ocidental Capitalista, que era capitaneado pelos Estados Unidos.

Segundo fontes bibliográficas variadas, diversos foram os motivos desta guerra, destacando-se entre eles as questões de ordem econômica, geográfica, histórica e política.

Na arena econômica, o elemento detonador das tensões foi à ocasião das descobertas de potenciais reservas de hidrocarbonetos no arquipélago, as quais, conforme especulações da época, seriam maiores que as reservas de petróleo da Venezuela.<sup>v</sup>

No campo da geografia, a posse das ilhas poderia garantir o controle do Estreito de Magalhães, o qual liga os oceanos Atlântico e Pacífico, podendo respaldar, também, as reivindicações territoriais de ambos os Estados sobre a Antártida.

A motivação histórica foi originada no conflituoso processo de imperialismo europeu, no qual as Armas das diversas potências imperiais (Inglaterra, França, Espanha, entre outras) digladiaram-se militarmente pela posse do arquipélago. O assunto foi resolvido parcialmente em 1833, quando a Coroa Britânica tomou posse das ilhas, mantendo-as sob sua custódia até 1982, momento da invasão argentina.

As razões políticas, principalmente as de ordem interna, foram preponderantes para o desenlace do conflito. De um lado, o governo militar argentino antecipou os planos da invasão, no intuito de utilizar a conquista das ilhas como elemento de agregação e de união nacional da sociedade. Isto em razão do forte descontentamento da sociedade ante a repressão política, com a constante violação dos direitos humanos dos dissidentes e a fracassada política econômica e social do Processo de Reorganização Nacional.<sup>vi</sup>

Por outro lado, na Inglaterra, o governo Thatcher encontrava-se enfraquecido no âmbito interno, por causa de uma grave crise econômica e social. A invasão das Falklands/Malvinas ameaçava ruir a base do governo no legislativo, o que resultaria, provavelmente, na queda do gabinete da primeira-ministra. Ademais, o prestígio internacional de Londres encontrava-se em declínio desde a frustrada intervenção militar em Suez (1956) e a ida ao Fundo Monetário Internacional (1976), a fim de serem resolvidos gravíssimos problemas macroeconômicos.

A população das Falklands/Malvinas era, em quase sua totalidade, formada por cidadãos britânicos, os quais desejavam, e desejam, manter-se sob a soberania da Grã-Bretanha.

Ressalta-se, também, que outras potências (Venezuela, China, Espanha, entre outras) assistiam ao desenrolar da crise, indicando a possibilidade de virem usar a força para resolver litígios territoriais semelhantes (Guiana Inglesa, Gibraltar, Hong Kong, entre outros) com a Inglaterra.

A crise das Falklands/Malvinas, assim, permitiu que o governo Thatcher tivesse uma chance ímpar de recuperar prestígio e capital político, nacional e internacional.

A eclosão de um conflito bélico anglo-argentino colocou o Brasil em uma posição delicada, pois o país tinha desenvolvido relevantes laços econômicos e políticos com ambos os países em litígio. Ademais, a proximidade geográfica brasileira do teatro de operações militares do Atlântico Sul agrava ainda mais a situação.

Descrito o cenário, este trabalho tem como finalidade analisar a atuação do Brasil frente ao embate militar anglo-argentino pelo arquipélago das Falklands/Malvinas, apontando, também, algumas das conseqüências deste conflito para a comunidade internacional. Para tanto, o texto está dividido em três partes: A primeira parte trata, brevemente, do Brasil do presidente Figueiredo; O segundo bloco aborda a atuação brasileira frente ao conflito; Por fim, a terceira parte aponta, em linhas gerais, as conseqüências da Guerra.

### **O Brasil do Presidente João Baptista Figueiredo**

O Brasil, neste período, encontrava-se sob a administração do Presidente João Baptista Figueiredo, passando por um momento delicado de sua história. Por um lado, o país vivia um frágil processo de redemocratização política.<sup>vii</sup> Por outro, a economia brasileira passava por grandes dificuldades, oriundas da recessão da economia global, agravada pela instabilidade financeira e monetária mundial, pelo protecionismo tecnológico e comercial dos países ricos e pela crise energética, em especial em razão do Choque do Petróleo (1979) e da Guerra Irã – Iraque (1980 – 1988).

Na época, a diplomacia brasileira era conhecida como Diplomacia do Universalismo, a qual deu continuidade, em diversos aspectos, à política externa anterior, conhecida como Pragmatismo Responsável.

A política externa do governo Figueiredo era assentada na percepção de uma realidade internacional complexa e multifacetada, na qual o Brasil pertenceria de maneira concomitante ao Bloco Ocidental e ao Terceiro Mundo, não ocorrendo, na perspectiva do Itamaraty, uma contradição entre as posições e aspirações dos dois blocos.

Outro pilar da política internacional brasileira deste período era a percepção das autoridades brasileiras, em especial do ministro das Relações Exteriores, Sr. Ramiro Saraiva Guerreiro, que via o Brasil como um país integralmente latino-americano, com raízes africanas. Devendo, portanto, incrementar e fortalecer seus laços de solidariedade com a África e com a América Latina, baseando-se numa perspectiva de “identidade comum”.

Percebemos, assim, que o Estado brasileiro buscou aproximar-se dos países com menor poder político e econômico, visando obter ganhos imediatos pela assimetria de forças entre o Brasil e os demais países latinos e africanos. Além do mais, o Itamaraty buscava construir coalizões internacionais, na intenção de pressionar os países do “norte desenvolvido” a estabelecerem uma ordem econômica e política internacional mais justa e democrática. A Conferência das Nações Unidas de Cancun, em 1981, foi um dos exemplos mais marcantes desta estratégia.

### **A Atuação Brasileira frente ao Conflito**

O Brasil, como toda a comunidade internacional, foi apanhado de surpresa pelo engajamento militar argentino nas Falklands/Malvinas. O Ministro das Relações Exteriores encontrava-se em Nova Iorque, Estados Unidos,<sup>viii</sup> retornando de uma viagem ao Extremo Oriente. O embaixador do Brasil em Londres, Roberto Campos, estava em plena campanha política no Mato Grosso para as eleições para o Senado.<sup>ix</sup> Logo, podemos afirmar que as decisões diplomáticas brasileiras iniciais sofreram com a falta de dados sobre a real dimensão que o conflito poderia gerar.

No dia 2 de abril de 1982, em Nova Iorque, Saraiva Guerreiro anunciou, aparentemente sem consultar o Conselho de Segurança Nacional, que o Brasil sempre apoiou o direito argentino sobre as ilhas, desde a invasão britânica em 1833, e esperava que o litígio territorial entre os dois países fosse resolvido pelas vias pacíficas. O Estado

brasileiro aguardava o desenrolar dos fatos, torcendo para que não houvesse maiores deteriorações nas relações entre Buenos Aires e Londres.<sup>x</sup>

Notemos, antes de qualquer coisa, que não houve nenhuma condenação formal à ação empreendida pelas Armas argentinas. Essa atitude correspondeu a uma profunda quebra nas tradições da diplomacia brasileira de resolução pacífica de controvérsias, à luz do Direito e da arbitragem internacional.<sup>xi</sup>

Salientamos, contudo, que a tese de que o reconhecimento brasileiro da soberania argentina sobre as ilhas Falklands/Malvinas aconteceu em 1833 foi devidamente refutada pelo artigo do professor José Honório Rodrigues,<sup>xii</sup> baseado em documentos históricos da época.

Podemos afirmar, com base no livro do professor Amado Cervo, que o presidente Getúlio Vargas foi contrário à inserção do tema das Falklands/Malvinas no Tratado Interamericano de Defesa.<sup>xiii</sup>

Não encontramos o período exato do reconhecimento brasileiro da soberania de Buenos Aires sobre as Falklands/Malvinas. Entretanto, sublinhamos que nos documentos conjuntos, resultantes dos encontros presidenciais entre Brasil e Argentina, nos anos anteriores ao conflito, aparece, reiteradamente, o reconhecimento do direito argentino sobre a posse das ilhas.<sup>xiv</sup>

Conforme a Força Tarefa britânica aproximava-se das ilhas, e a possibilidade do conflito tornava-se iminente, a atitude oficial da diplomacia brasileira tornou-se cada vez mais dúbia e contraditória. Por um lado, publicitou, em diversas notas, um forte sentimento de repúdio ao uso da força e preocupação com a escalada da violência e seus riscos para a Sociedade Internacional, apelando aos países em litígio para que cumprissem a resolução 502 do Conselho de Segurança.

Por outro, a venda de armas, o apoio diplomático, ora velado, ora aberto, em organismos multilaterais (Organização dos Estados Americanos e Organizações das Nações Unidas), auxílio econômico e comercial à Argentina, entre outros acontecimentos,<sup>xv</sup>

permitted-nos afirmar que o Brasil não foi omisso<sup>xvi</sup> e não foi neutro,<sup>xvii</sup> pois apoiou a causa do país vizinho.

O auxílio brasileiro ao país vizinho, todavia, encontrava limites na dependência do Brasil do mercado britânico e, principalmente, da necessidade da economia brasileira de receber empréstimos da praça financeira de Londres.

A embaixada brasileira, sediada em Londres, foi compelida a lidar com imenso cuidado e tato com as pressões da opinião pública e das autoridades britânicas, amplamente contrárias às posições brasileiras.<sup>xviii</sup> Até a presente data, porém, não encontramos elementos que nos permitam constatar que a atitude do gabinete britânico foi muita além de incisivos e enfáticos protestos formais contra as ações brasileiras.

É interessante notar a intensa discussão no âmago da sociedade brasileira, em especial na imprensa escrita e na academia, sobre o tema do conflito das Falklands/Malvinas.<sup>xix</sup> A pluralidade de perspectivas e de pontos de vistas expressos por diversos acadêmicos e nos editoriais dos meios de comunicação, os quais muitas vezes colocavam-se contrários às posições oficiais do governo brasileiro, demonstrando que o país estava maduro e ansioso por maiores liberdades civis.

### **As Conseqüências do Conflito**

Os resultados da Guerra das Falklands/Malvinas foram diversos, sendo os principais:

- a) alteração das percepções das diplomacias latino-americanas;
- b) enfraquecimento da solidariedade política e militar do continente americano, expresso na Organização dos Estados Americanos, em especial no TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca);
- c) derrocada do regime militar argentino e início do processo de redemocratização argentino;
- d) ampliação na mudança da balança de poder no Cone Sul;
- e) redução da influência do Ocidente, em especial dos EUA, na América do Sul; entre outros.<sup>xx</sup>

## Considerações Finais

Este trabalho apresentou, sucintamente, a atuação do Brasil em um dos eventos mais marcantes da história da América do Sul, que mudou de maneira profunda as relações entre os atores governamentais no Continente Americano.

A temática desta inquirição científica será mais profundamente explorada na dissertação de mestrado, cuja produção encontra-se em andamento. Esperamos, em breve, trazer a público novas revelações sobre este assunto, tão pouco explorado pela academia brasileira.

## Notas Finais

---

<sup>i</sup> Mestrando em História PUC-SP

<sup>ii</sup> Carta das Nações Unidas: Artigo 2 dispositivos 3 e 4:

“3. Todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais.

4. Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas...”

Fonte: UNICEF (<http://www.unicef.org/brazil/uncarta.htm>, Acessado dia 27 de maio de 2005)

<sup>iii</sup> Por Sociedade Internacional, ou Sociedade de Estados, utilizamos a definição de Hedley Bull:

“Existe uma ‘sociedade de estados’ (ou ‘sociedade internacional’) quando um grupo de Estados, consciente de certos valores e interesses em comum, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto de regras, e participam de instituições comuns...” (BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Brasília, Editora UnB, IPRI e São Paulo, IOSP, 2002, p. 19.)

<sup>iv</sup> Neste trabalho, o sentido de guerra segue a definição de Clausewitz: “A Guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.” (CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1996, p. 3.)

<sup>v</sup> MARGHERITIS, Ana. *Os Recursos Energéticos das Ilhas Malvinas e sua Relação com o Conflito Anglo-Argentino*. Rio de Janeiro, Contexto Internacional, volume 13, nº. 1, jan – jun de 1991, p. 114, 115 e 116..

<sup>vi</sup> Para Maiores Informações:

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um Ensaio de História Comparada (1850 – 2002)*. São Paulo, Editora 24, 2004.

MUÑOZ, Heraldo & TULCHIN, Joseph S. *A América Latina e a Política Mundial*. Convívio, São Paulo, 1986.

<sup>vii</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra S/A, 2000

<sup>viii</sup> Para maiores informações:

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. Editora Siciliano: São Paulo, 1992.

<sup>ix</sup> Para maiores informações, sugerimos a leitura de:

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Lanterna de Popa*. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1994.

<sup>x</sup> Guerreiro, Declaração do Chanceler p. 63.

<sup>xi</sup> RODRIGUES, José Honório & SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma História Diplomática do Brasil, 1531 – 1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

<sup>xii</sup> Jornal do Brasil do dia 30 de Maio de 1982.

<sup>xiii</sup> Para maiores informações ver:

CERVO, Amado Luis, *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001.

<sup>xiv</sup> Para maiores informações, ver Resenha de Política Exterior nº.

<sup>xv</sup> Para maiores informações:

**BANDEIRA**, Moniz. Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: O Continente nas Relações Brasil-Argentina (1930-1992). Editora Ensaio: São Paulo, 1993.

<sup>xvi</sup> Ver:

**PINHEIRO, Leticia**. *A Omissão Pragmática. A Diplomacia Brasileira na Guerra das Malvinas*. Revista Política e Estratégia: São Paulo, volume out/dez de 1986.

<sup>xvii</sup> Ver:

**WALSH, Marcelo Vieira**. *A Atuação do Brasil frente à Crise das Malvinas/Falklands (1982)*. Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, UNB, Brasília, 1997.

<sup>xviii</sup> Para maiores informações, sugerimos a leitura de:

**CAMPOS, Roberto de Oliveira**. *Lanterna de Popa*. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1994.

<sup>xix</sup> Para maiores informações

**MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira**. *A Guerra das Malvinas de 1982 na Imprensa Escrita Brasileira*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.

<sup>xx</sup> Para maiores informações, ver:

**SELCHER, Wayne**. *Desenvolvimentos Estratégicos recentes no Cone Sul*. In **MUÑOZ, Heraldo e TULCHIN, Joseph S**. *A América Latina e a Política Mundial*. São Paulo, CONVÍVIO, 1986. p. 111.